

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 04 de maio de 2011.

Edição nº 678

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletim.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal2

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....2



Diário eletrônico Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de maio de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 678

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 215/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 25/04/2011, DANIELA BETAT MACHADO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 391, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 1027/11).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de maio de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 216/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONCEDER

- ao servidor TÉRCIO BRITTO DE AQUINO, Adido – Quadro Especial da SARH, ID n.º 2426790, a contar de 07 de janeiro de 2011, o abono de permanência equivalente ao percentual da contribuição previdenciária recolhida sobre a Função Gratificada (PR.00011.00060/2011-6 - Port. 1028/2011).

- o abono de permanência previsto no Artigo 2º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, à servidora SILVANA GOULART DUARTE, Assessora – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3429768, a contar de 18 de abril de 2011, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00011.00247/2011-9 - Port. 1109/2011).

- o abono de permanência previsto no Artigo 2º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, ao servidor JORGE LUIZ GUATY-MUZIN BANDEIRA, Motorista, ID n.º 3423956, a contar de 25 de abril de 2011, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00388/2011-8 - Port. 1110/2011).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, do servidor MARIO AIRTON GARCIA MENNA, Motorista, ID n.º 3435024, registrada no Boletim n.º 386/2010, publicado no D.O. de 13/08/10, referente ao quinquênio de efetividade de 09/07/05 a 07/07/10, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 31/03/2011 – PR.00576.00280/2011-7 - Port. 1022/2011).

DECLARAR ESTÁVEL, ouvida a Comissão de que trata o Artigo 41 da Constituição Federal, na forma do Artigo 7º do Provimento n. 14/2000-PGJ:

- considerando o que consta no Processo n.º PR.01356.00051/2010-8, o servidor MARCO ANTÔNIO DA SILVA GAMERRO, ID n.º 3448380, no cargo de Motorista, deste órgão (Port. 1035/11).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 04/04/2011, no cargo de Assistente Social, Classe "R", RAQUEL CARVALHO PINHEIRO, tendo entrado em exercício em 02/05/2011.

- habilitado para tomar posse, a contar de 14/04/2011, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", GEOVANE DUTRA DE SOUZA, tendo entrado em exercício em 02/05/2011.

- habilitada para tomar posse, a contar de 11/03/2011, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", DENISE DE OLIVEIRA HORTA, tendo entrado em exercício em 02/05/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de maio de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

EDITAL N.º 114/2011

REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de maio de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 027/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:



1) Inquérito Civil, nº 00762.00177/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar prática de atos de improbidade administrativa, decorrentes de omissões no exercício de funções e atribuições em cargo, por parte de Defensor Público, em município.

2) Inquérito Civil, nº 00810.00005/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de Não-me-Toque, com a finalidade de apurar prática de atos de improbidade administrativa de município, decorrentes de processo licitatório em tomada de preço, onde edital supostamente beneficia empresa.

3) Inquérito Civil, nº 00810.00006/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de Não-me-Toque, com a finalidade de apurar ocorrência de desvio de função de servidoras, ocupantes de cargos em Secretaria de Saúde de município.

4) Inquérito Civil, nº 09/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, com a finalidade de apurar regularidade de licitação de carta convite, em município.

5) Inquérito Civil, nº 00890.00033/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de apurar descumprimento da Decisão do Tribunal de Contas, referente a negativas de registros de quatro admissões decorrentes de concurso público, em município.

6) Inquérito Civil, nº 00828.00009/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiana Müller Chatkin, da Promotoria de Justiça de Piratini, com a finalidade de apurar irregularidades em Prefeitura, referente à utilização de verba pública para fins particulares.

7) Inquérito Civil, nº 00729.00001/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul, com a finalidade de averiguar desvio de finalidade e burla a concurso público, em município.

8) Inquérito Civil, nº 00738.00005/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça José Olavo Bueno dos Passos, da Promotoria de Justiça de Canguçu, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades decorrentes de uso das vias públicas por parte que nelas instalam bancas de comércio, em município.

9) Inquérito Civil, nº 00882.00035/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, com a finalidade de apurar fraude em concurso público de Fundação Hospitalar.

10) Inquérito Civil, nº 00771.00003/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa, decorrentes do uso de bens públicos para fins particulares, em município.

11) Inquérito Civil, nº 05/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, com a finalidade de apurar irregularidades em concurso público, em município.

12) Inquérito Civil, nº 00815.00010/2011, instaurado pela

Promotora de Justiça Gislaïne Rossi Luckmann, da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo, com a finalidade de investigar recebimento de diárias de servidor público, decorrente de participação de evento que não se realizou.

13) Inquérito Civil, nº 00748.00037/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar cobrança de débitos impostos por Tribunal.

14) Inquérito Civil, nº 00748.00050/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar cobrança de débitos impostos por Tribunal.

15) Inquérito Civil, nº 00765.00005/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa envolvendo licitação, contratação e realização de obra pública em município.

16) Inquérito Civil, nº 00783.00011/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de investigar possível improbidade administrativa pela nomeação de contratados em detrimento de concursados, em município.

17) Inquérito Civil, nº 00783.00013/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de investigar possível ausência de cobrança de débitos de Tribunal, em município.

18) Inquérito Civil, nº 00783.00014/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Adelaide Brasil Sá Caye, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de investigar as condições da pavimentação de Rua em Bairro de município.

19) Inquérito Civil, nº 00760.00007/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Karina Mariotti, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades na administração de município por funcionário público de cargo eletivo.

20) Inquérito Civil, nº 00710.00014/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Agudo, com a finalidade de apurar possível omissão do Poder Público Municipal na conservação de estrada, em município.

21) Inquérito Civil, nº 00829.00120/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Maria Ribeiro Alice, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no repasse de verbas públicas por Secretaria Estadual para fins de custeio na construção de Ginásio poliesportivo, em município.

22) Inquérito Civil, nº 00829.00089/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição André Felipe de Camargo Alves, da Promotoria de Justiça do patrimônio Público de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na indicação de Conselheiros de Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos, representantes dos consumidores através de listas tríplices encaminhada ao Governo do Estado.

23) Inquérito Civil, nº 00829.00138/2010, instaurado pelo



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de maio de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 678

Promotor de Justiça Eduardo Bernstein Iriart, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em acordo firmado pelo departamento municipal com a empresa privada, com omissão de declará-lo nos autos de ação cível, resultando na imputação de litigância de má-fé pelo juízo.

24) Inquérito Civil, nº 00829.00128/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Bernstein Iriart, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no processo licitatório, em que a empresa declarada vencedora não possuía endereço físico existente.

25) Inquérito Civil, nº 00864.00029/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do exercício de 2007 - referente ao item Despesas.

26) Inquérito Civil, nº 00864.00030/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do exercício de 2007 - referente ao item Sistema de Controle Interno.

27) Inquérito Civil, nº 00864.00031/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do exercício de 2007 - referente ao item Obras e Serviços de Engenharia.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de maio de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.